

**PT**

**Domínios de cooperação reforçada entre o Comité das Regiões Europeu (CR) e a Direção-Geral do Emprego, dos Assuntos Sociais e da Inclusão da Comissão Europeia (DG EMPL)**

# **Introdução**

Mesmo antes da crise da COVID-19, já era evidente que uma «Europa social» é essencial no contributo da UE para sociedades democráticas, coesas, culturalmente diversas e prósperas. Representa o progresso económico e social, a luta contra a discriminação e a exclusão social, preparando os europeus para o mercado de trabalho e permitindo-lhes viver plenamente as suas vidas[[1]](#footnote-2).

Embora o Comité das Regiões Europeu (CR) e a Direção-Geral do Emprego, dos Assuntos Sociais e da Inclusão (DG EMPL) já tenham cooperado em diversos domínios no passado, é evidente que os desafios que se avizinham e o forte interesse do comissário responsável proporcionam uma oportunidade para elevar a cooperação entre a Comissão e o CR neste domínio a um novo patamar.

* O comissário Nicolas Schmit manifestou um interesse notável no CR, tendo já participado em duas reuniões plenárias e numa reunião da Comissão da Política Social, Educação, Emprego, Investigação e Cultura (SEDEC) em menos de um ano.
* Joost Korte (diretor-geral da DG EMPL) participou na reunião da Comissão SEDEC em fevereiro de 2020 e, nessa ocasião, fez um discurso no qual incentivou os membros do CR a pronunciarem‑se sobre a Comunicação – Uma Europa social forte para transições justas, conforme solicitado pela Comissão Europeia nessa comunicação (a Comissão SEDEC já está a elaborar um parecer sobre esta matéria).
* Tanto o comissário como o diretor-geral indicaram claramente que esperam que o CR participe ativamente na preparação da Cimeira Social do Porto (maio de 2021) e no Plano de Ação para a aplicação do Pilar Europeu dos Direitos Sociais (PEDS).
* Este espírito de colaboração mútua foi novamente promovido durante areunião do comissário e do presidente do CR (9 de julho), na qual se confirmou que ambas as instituições devem procurar mais oportunidades de cooperação.

No Protocolo sobre a cooperação entra a Comissão Europeia e o Comité das Regiões (2012/C 102/02)[[2]](#footnote-3), a Comissão e o CR concordaram em intensificar a sua colaboração. Esta nota conjunta do CR e da DG EMPL estipula os domínios de intervenção que requerem uma colaboração intensificada e os instrumentos principais para o efeito.

# **Principais temas para uma cooperação mais estreita entre o CR e a DG EMPL**

Tendo em conta o âmbito alargado dos temas associados à dimensão social e os recursos disponíveis, é importante concentrar a cooperação intensificada em domínios onde o CR possa dar um claro valor acrescentado e em que a dimensão territorial seja mais forte. Não impedindo a cooperação noutros domínios, em particular na promoção da economia social, os domínios de cooperação reforçada são, portanto, os seguintes:

## **2.1.** **O Pilar Europeu dos Direitos Sociais**

O Pilar Europeu dos Direitos Sociais é um documento consensual que reflete os valores da União no domínio do emprego e dos assuntos sociais.Foi proclamado ao mais alto nível político e já trouxe medidas abrangentes a nível da UE, nacional, regional e local, reforçando a dimensão social da UE. Na sua Comunicação de 27 de maio de 2020, a Comissão colocou também o Pilar Europeu dos Direitos Sociais no centro dos seus planos para uma recuperação justa e inclusiva da crise da COVID‑19.

A Agenda Estratégica para 2019-2024, acordada pelo Conselho Europeu em junho de 2019, exorta à aplicação do Pilar Europeu dos Direitos Sociais ao nível da UE e dos Estados-Membros, levando em devida conta as respetivas competências.

As orientações políticas da presidente, Ursula von der Leyen, para a Comissão preveem o compromisso de criar um plano de ação para a plena aplicação do Pilar Europeu dos Direitos Sociais A Comunicação da Comissão – Uma Europa social forte para transições justas, de 14 de janeiro de 2020, propôs uma série de ações-chave para 2020 e 2021 e lançou um processo alargado de consulta e participação para contribuir para a preparação do plano de ação. A necessidade de proteção e apoio social é ainda maior durante a pandemia atual de COVID-19, pois os sistemas de apoio social dos Estados-Membros têm estado sob enorme pressão e o tecido social da UE está em risco de colapso.

O objetivo da Comissão é apresentar um plano de ação no início de 2021 e ter um parecer favorável para o mesmo ao mais alto nível político na Cimeira Social, organizada pela Presidência portuguesa do Conselho, em maio de 2021.

É evidente que os órgãos de poder local e regional desempenham um papel importante na designação e aplicação de políticas sociais e de emprego na UE. As diferentes regiões foram afetadas de formas muito diferentes pela crise da COVID-19, em função da estrutura económica e da exposição aos riscos sanitários. Os órgãos de poder local e regional podem contribuir para o desenvolvimento e a implementação de uma resposta à crise que aborde os desafios anteriores e posteriores à crise que se colocam à coesão social e territorial. É, pois, necessária a participação dos órgãos de poder local e regional, nomeadamente através:

* do Parecer do CR – Uma Europa social forte para transições justas (relatora: Anne Karjalainen (FI-PSE)), adotado na reunião plenária de outubro de 2020), que constitui a resposta global do CR à comunicação da Comissão;
* do parecer do CR – Plano para o futuro dos prestadores de cuidados e cuidadores – oportunidades locais e regionais para um desafio europeu (relator por confirmar);
* da sessão sobre o tema «Segurança social dos trabalhadores de plataformas – Desafios e oportunidades», organizada no âmbito da Semana Europeia das Regiões e dos Municípios de 2020, com a participação da DG EMPL;
* a avaliação pela Comissão e pelo CR, juntamente com a Presidência portuguesa do Conselho da UE, das modalidades de participação do CR na Cimeira Social, a fim de refletir a dimensão territorial da aplicação do PEDS.

## **2.2. Preparação do Fundo Social Europeu Mais (FSE+) e da REACT-EU para assegurar um financiamento adequado de medidas para promover o emprego dos jovens‏**

No momento atual, muitos órgãos de poder local e regional estão ativamente empenhados na preparação dos futuros programas do FSE+ e no desenvolvimento de projetos que beneficiam do financiamento no âmbito do FSE+. Com o FSE+, a Comissão propôs que o financiamento de medidas para promover o emprego dos jovens fosse alargado nos Estados-Membros nos quais a proporção de jovens que não trabalham, não estudam e não seguem uma formação está acima da média da UE[[3]](#footnote-4). Acrescente-se que a nova Iniciativa REACT-EU pode apoiar as medidas para promover o emprego dos jovens. A necessidade de aproveitar na totalidade os benefícios deste apoio adicional é fundamental, tendo em conta a pandemia atual e o seu provável impacto no emprego dos jovens.

O CR pode facilitar o intercâmbio de informações e de boas práticas em matéria de financiamento no âmbito da REACT-EU e do FSE+, concedido como apoio às medidas para promover o emprego dos jovens. Esta ajuda financeira contribuirá para a meta global da UE de consagrar pelo menos 22 mil milhões de euros a este objetivo[[4]](#footnote-5) e ser o elemento financiador do reforço da Garantia para a Juventude[[5]](#footnote-6).

No espírito do princípio da parceria, o CR poderia promover o diálogo entre os órgãos de poder local e regional no desenvolvimento de conceitos para combater o desemprego dos jovens, em estreita colaboração com os parceiros sociais, tornando-se uma plataforma de troca de ideias entre regiões e municípios.

Ao fazê-lo, o CR pode dar um acompanhamento relevante à Comunicação da Comissão – Apoio ao emprego dos jovens: uma ponte para o emprego da próxima geração[[6]](#footnote-7) e podem realizar-se outras reuniões entre a DG EMPL e o CR.

## **2.3. Agenda de competências**

O impacto da pandemia na forma como trabalhamos e a dupla transição para uma economia digital e ecológica estão a mudar fortemente o paradigma das competências na UE. Por conseguinte, é fundamental promover e associar a perspetiva local sobre as competências conforme estipulado na recente Agenda de Competências para a Europa em prol da competitividade sustentável, da justiça social e da resiliência[[7]](#footnote-8). Trabalhar ao nível local pode maximizar a participação dos parceiros locais, nomeadamente as PME, e, ao mesmo tempo, resultar numa melhor compreensão das necessidades do mercado de trabalho local e na exploração de sinergias com outras estratégias locais e regionais. Além disso, a perspetiva regional e local pode contribuir para a delineação de previsões qualitativas e de prognósticos em matéria de competências quantitativas, que, por sua vez, podem converter-se num modelo ou método de antecipação de competências para futuros planeamentos ou formulações de políticas.

É possível reforçar a cooperação através das seguintes ações:

* a promoção conjunta do Pacto para as Competências como forma de as regiões constituírem parcerias com a indústria e prestadores de formação no sentido de aumentar e requalificar as competências da população local;
* a Conferência de Alto Nível sobre programas de aprendizagem, coorganizada com a DG EMPL, dedicada ao tema «O papel dos municípios e das regiões na oferta de programas de aprendizagem de alta qualidade», programada para a primavera de 2021 devido à COVID-19, com um plano adicional de eventos em linha antes da conferência principal:

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Data** | **Seminários em linha/Conferência** | **Tema** |
| Terça-feira, 29 de setembro de 2020 | Primeiro seminário em linha: *O impacto da COVID-19 nos programas de aprendizagem. O papel das regiões e dos municípios.* | Foco na resposta à COVID-19 |
| Janeiro/fevereiro de 2021 | Segundo seminário em linha: *A dupla transição: o papel dos municípios na oferta de programas de aprendizagem de alta qualidade* | Foco na dupla transição ecológica e digital |
| Março/abril de 2021 | Terceiro seminário em linha: *A dupla transição: o papel das regiões na oferta de programas de aprendizagem de alta qualidade* | Foco na dupla transição ecológica e digital |
| 3 e 4 de junho de 2021 (a confirmar) | Conferência principal | A confirmar |
| A confirmar | Reuniões de acompanhamento (em linha) | A confirmar |

* a cooperação no âmbito da elaboração do parecer sobre a Agenda de Competências para a Europa em prol da competitividade sustentável, da justiça social e da resiliência (relator: Csaba Borboly, RO-PPE); e
* a colaboração na Aliança Europeia para a Aprendizagem. O CR e a Aliança podem desenvolver trabalhos numa das prioridades do objetivo renovado da Aliança, nomeadamente «A mobilização dos órgãos de poder local e regional como catalisadores da aprendizagem no contexto empresarial local». Exemplo disso é a participação da nova Rede de Cidades para a Aprendizagem nos seminários em linha, organizados conjuntamente pelo CR e a Aliança. Um dos principais objetivos da rede será a sensibilização para o potencial que as cidades têm em termos de apoio à aprendizagem. A finalidade é que, através da rede, as cidades consigam aprender umas com as outras, colaborar, desenvolver ferramentas, partilhar boas práticas e dar e receber apoio técnico e estratégico.

## **2.4. Um conceito de «feiras europeias do emprego local», apoiadas pela UE, para promover o emprego local**

A fim de melhorar o alinhamento entre as competências e o emprego, foi acordado estudar-se as possibilidades de coorganizar feiras europeias do emprego local em toda a Europa. Salónica poderá voluntariar-se a organizar esta feira, logo que tal seja possível. Este evento poderá tornar-se um modelo para eventos semelhantes noutras regiões da UE. O CR e a DG EMPL trabalharão em conjunto no conceito e na realização deste evento, incluindo no que diz respeito à preparação, aos parceiros, ao financiamento, entre outros, a acordar separadamente.

### **2.4.1. O que já existe**

* A rede europeia de serviços de emprego (EURES) já organiza as Jornadas Europeias do Emprego que promovem a mobilidade do emprego na UE, alinhando as competências dos candidatos com as necessidades dos empregadores noutros Estados-Membros (replicar estes eventos de mobilidade não trará valor acrescentado).
* Vários projetos na UE visam combater o desemprego e, além disso, existem programas nacionais com o mesmo objetivo.
* O FSE é (tal como o ESF+ será) o principal instrumento para financiar estratégias locais de emprego e para promover a formação, a melhoria de competências e a requalificação.
* O Programa da União Europeia para o Emprego e a Inovação Social (EaSI) (2014-2020) tem três eixos: a modernização da política de emprego e da política social: Eixo PROGRESS; a mobilidade profissional: Eixo EURES; e o acesso ao microfinanciamento e o empreendedorismo social: Eixo Microfinanciamento e Empreendedorismo Social. O InvestEU dará oportunidades semelhantes a partir de 2021.

### **2.4.2. O valor acrescentado das feiras europeias do emprego local**

Tendo em conta as iniciativas existentes da UE e outras, o valor acrescentado específico de uma feira europeia do emprego local é:

* apresentar os serviços existentes da UE a quem procura emprego a nível local, nacional e europeu;
* apresentar novas tendências em competências e emprego aos níveis local e europeu;
* apresentar os regimes da UE de apoio a estratégias de emprego locais e regionais tendo em conta as atividades de programação em curso dos futuros programas do FSE;
* demonstrar as ligações entre os diversos programas e políticas da UE da perspetiva dos jovens;
* criar uma base de diálogo com os cidadãos sobre a dimensão social da UE e o que esta significa para o emprego local e regional; e
* apoiar o alinhamento local entre as competências e o emprego, com o apoio de financiamento da UE para eventos locais desta natureza.

Atualmente, é importante organizar este tipo de feiras no contexto da recuperação da pandemia de COVID-19. Por conseguinte, é essencial iniciar um diálogo sobre políticas com os principais representantes dos parceiros sociais, acolhendo os membros do CR e representantes da UE a fim de debater conceitos e estratégias para dar resposta aos desafios atuais em matéria de emprego.

### **2.4.3. Grupo-alvo das feiras europeias do emprego local**

O grupo-alvo das feiras europeias do emprego local pode incluir:

* pessoas à procura de emprego, especialmente estudantes e recém-formados;
* serviços públicos de emprego a nível local e regional;
* agências de emprego, formação e requalificação;
* parceiros sociais, estabelecimentos de ensino;
* órgãos de poder local e regional e respetivos políticos; e
* meios de comunicação social locais e regionais.

### **2.4.4. Possíveis parceiros e implementação**

Uma feira europeia do emprego local terá maior sucesso se incluir desde o início os parceiros certos, a fim de assegurar um contributo pertinente. Podem incluir-se os seguintes parceiros:

* Ao nível local: poderes públicos, câmaras de comércio e associações de empresas, sindicatos, sociedade civil, escolas, universidades, etc.
* Ao nível regional: autoridade de gestão do FSE, serviços de emprego, ministérios regionais, associações de empresas regionais, universidades, etc.
* Ao nível nacional: ministérios nacionais, associações do setor social, associações empresariais, associações de formação, associações universitárias, etc.
* Ao nível da UE: Comissão Europeia (liderada pela DG EMPL; *outros serviços e DG que podem ser convidados são, nomeadamente a* DG EAC, a DG REGIO, a DG REFORM, o JRC), agências da UE (AET, Cedefop, Eurofound); membros do CR; eurodeputados; parceiros sociais.

Uma vez que a pandemia atual de COVID-19 impossibilita por enquanto a organização de feiras presenciais, pode considerar-se a organização de eventos como as [Jornadas Europeias do Emprego Em Linha](https://www.europeanjobdays.eu/pt-pt), mediante acordo e com a participação do respetivo gabinete nacional de coordenação da EURES.

As funções e responsabilidades dos organizadores e parceiros serão definidos em acordos separados.

* + 1. **Financiamento e outros apoios**

As feiras europeias do emprego local organizadas por membros do CR podem ser financiadas pela UE. O Comité das Regiões e a DG EMPL analisarão conjuntamente as opções adequadas de apoio financeiro para esses eventos.

Outros tipos de apoio podem incluir:

* o compromisso dos parceiros da UE de participar ativamente nas feiras (envio de especialistas e delegados);
* o compromisso dos parceiros da UE de preparar materiais informativos adequados para o evento; e
* o compromisso, sempre que exequível, de uma representação de alto nível, como o comissário ou um dirigente da DG EMPL na feira.

# **3. Outras possibilidades de cooperação e domínios de intervenção**

Atualmente, a agenda da DG EMPL inclui muitas outras iniciativas, nomeadamente:

* o Plano de Ação para a Economia Social, previsto para 2021. A cooperação pode explorar atividades nas áreas da inclusão social, criação de emprego, setor dos cuidados (acolhimento na primeira infância e cuidados de idosos), outros serviços sociais, bem como da inovação social na economia social aos níveis regional e inter-regional;
* salários mínimos adequados para trabalhadores na União Europeia, para o qual a Comissão propôs uma diretiva em 28 de outubro de 2020;
* as condições de trabalho dos trabalhadores sazonais, para as quais a Comissão emitiu orientações em 2020; e
* aspetos das alterações demográficas que se enquadram na responsabilidade da DG EMPL.

O CR procurará aumentar a consulta dos órgãos de poder local e regional, no intuito de contribuir para estas áreas de trabalho fundamentais. Por sua vez, o CR e a DG EMPL procurarão intensificar as trocas de ideias sobre estes temas.

A fim de reforçar a cooperação entre o CR e a DG EMPL, podem perspetivar-se as seguintes medidas adicionais:

* um diálogo político regular, nas reuniões plenárias do CR e nas reuniões da Comissão SEDEC;
* a eventual participação dos relatores e dos membros do CR em conferências e eventos organizados pela DG EMPL, aos quais a perspetiva local e regional traz valor acrescentado;
* mediante pedido, a prestação de informações aos membros do CR sobre o financiamento e o apoio estratégico que a UE pode oferecer, a fim de mostrar o modo como a União pode ajudar as regiões e os municípios nas transições ecológica e digital;
* a exploração de medidas de comunicação conjunta, se for pertinente; e
* a exploração de sinergias com iniciativas de outras DG, como a parceria da Plataforma de Estratégia de Especialização Inteligente (S3) sobre Modernização Industrial em matéria de Economia Social (<https://s3platform.jrc.ec.europa.eu/social-economy>).

# **4. Próximas etapas:**

Tanto a DG EMPL como o CR designarão pessoas de contacto para definir os detalhes do conceito e as modalidades para realizar as feiras europeias do emprego local e assegurar uma cooperação e coordenação eficaz das ações ao nível administrativo.

1. <https://ec.europa.eu/commission/sites/beta-political/files/reflection-paper-social-dimension-europe_pt.pdf> [↑](#footnote-ref-2)
2. <https://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=OJ:C:2012:102:0006:0010:PT:PDF> [↑](#footnote-ref-3)
3. COM(2020) 447 final. [↑](#footnote-ref-4)
4. Na Comunicação – Apoio ao emprego dos jovens: uma ponte para o emprego da próxima geração (COM(2020) 276 final), a Comissão instou os Estados-Membros a intensificarem o seu apoio ao emprego dos jovens e a aumentarem o nível consagrado a este objetivo em relação ao período de financiamento 2014-2020, que se estima ascender a 22 mil milhões de euros. [↑](#footnote-ref-5)
5. A Recomendação do Conselho relativa a «Uma ponte para o emprego – Reforçar a Garantia para a Juventude» foi acordada a nível político no Conselho e será adotada até ao final de 2020. [↑](#footnote-ref-6)
6. COM(2020) 276 final. [↑](#footnote-ref-7)
7. COM(2020) 274 final. [↑](#footnote-ref-8)